

Os 50 anos da Pedagogia do Oprimido

Euclides Mance

Instituto de Filosofia da Libertação

04 de Agosto de 2018

Introdução

Agradeço o convite para participar desse evento em comemoração dos 50 anos do livro *Pedagogia do Oprimido*, do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997), patrono da educação brasileira.¹ É uma honra estar aqui.

A obra *Pedagogia do Oprimido* é um marco na história do pensamento latino-americano e mundial.

Ela lançou as bases iniciais do *paradigma da libertação*, que foi desenvolvido nos anos seguintes em diferentes áreas do conhecimento, com a filosofia da libertação, a psicologia da libertação e o teatro do oprimido, entre outras.

A compreensão de Freire sobre a *produção e comunicação do conhecimento*, apresentada em sua *teoria da ação dialógica*, como elementos da práxis de libertação, foi assumida, explícita ou implicitamente, em muitas abordagens do pensamento de libertação a partir dos anos 70.

Não há como entender a concepção de educação em Freire sem entender sua investigação fecunda sobre a *linguagem* e o *pensamento*, que o levaram a aprofundar o caráter dialógico do conhecimento e da práxis social na transformação do mundo.

O pensamento filosófico de Freire integra, de maneira coerente, *gnosilogia*, *epistemologia*, *ética*, *política* e *educação* numa abordagem *dialógica libertadora* – que mais além de conversação, significa a possibilidade de razões diferentes se comunicarem e se retroalimentarem na compreensão e transformação do mundo.

¹ Evento realizado pela APP-Sindicato, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, em 04/08/2018 no auditório da APP Sindicato, Curitiba.

Vou concentrar a minha exposição no aprofundamento de três afirmações de Freire, presentes na Pedagogia do Oprimido, que todos vocês conhecem:

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p.52)

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.[...] “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis [...]” (FREIRE, 1987, p.68 e p.79).

[...] não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E [...] será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação.” (FREIRE, 1987, p.101).

Assim, se não posso pensar pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros, então, eu só posso pensar com os outros.

De fato, não era fácil para muitos nos anos 70, como hoje ainda não é, compreender teses como estas: que eu não posso pensar sem os outros, que eu não posso conhecer nenhuma verdade sem os outros, que sem a contribuição dos outros eu não posso me libertar. Mais difícil ainda era compreender o conceito de *comunhão* em Freire, como relação humanizante e criadora que antecede e provoca a colaboração dos atores no processo de libertação, com suas implicações relacionadas à *práxis*, ao *pensamento* e à *linguagem*.

Igualmente difícil era entender o seu conceito de liberdade, que a considera simultaneamente afirmada e negada no exercício da *práxis*, razão pela qual a exigência da *libertação* torna-se permanente e todo conhecimento algo a ser superado por um novo conhecimento, posto que a *libertação* exige também a problematização do conhecimento já elaborado, para que possamos recuperá-lo e dialogicamente produzir um novo conhecimento na própria ação transformadora do mundo e de nós mesmos pela *práxis*².

2 Se, em alguma medida, não fôssemos *livres*, não poderíamos saber nem atuar na transformação do mundo. Mas, porque, em alguma medida, *não somos livres*, necessitamos pensar e realizar essa transformação: “*Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação.*” (FREIRE, 1986, p.25). A liberdade, pois, não é um atributo transcendental ou metafísico supra-histórico, mas uma condição da realidade humana, sempre limitada, isto é, sempre dialeticamente afirmada e negada simultaneamente.

Para aprofundarmos o significado daquelas três afirmações, vou dividir a exposição em quatro partes.

Na primeira, abordaremos o conceito de *comunhão*.

Na segunda, veremos a relação entre linguagem e consciência. Abordaremos a linguagem como produção humana, destinada a atender a necessidade dos seres humanos de estarem em relação entre si e de atuarem conjuntamente. Veremos que a linguagem e a consciência humana são resultados da ação transformadora dos seres humanos, fruto da sua práxis histórica.

Na terceira parte, abordaremos a dimensão dialógica da linguagem, numa perspectiva libertadora, elemento central da *teoria da ação dialógica* que Freire nos presenteou com a Pedagogia do Oprimido.

Por fim, faremos um encadeamento lógico de algumas teses que desembocam nessas três afirmações que desejamos aprofundar, introduzindo o *Paradigma da Libertação* inaugurado por Freire.

E, de passagem, vamos recuperar alguns elementos de Karl Marx e de Eduardo Nicol, que ecoam na Pedagogia do Oprimido.

1. Comunhão e Natureza Humana Comunal

Marx e Freire partem da constatação que os seres humanos, por sua condição natural, possuem inúmeras necessidades que eles não podem atender sozinhos, por si mesmos.

Quando nascem, deixados à própria sorte, os seres humanos morrem em pouco tempo, pois não são capazes de viver sem outros, que os acolham e os atendam em suas necessidades e carências. Na ausência de outro ser humano que os cuide, a centelha de liberdade, de quem acaba de nascer, logo se apaga.

Por isso, por natureza, os seres humanos são *seres comunais*, pois dependem de uma comunidade, da ação de outros seres humanos, para sobreviver. Por sua própria condição natural, nenhum ser humano é capaz de se desenvolver ou de se humanizar sozinho.

É no seio de comunidades, em relação com outras pessoas, que os seres humanos atendem às suas necessidades. E é pela necessidade dessa integração à comunidade, que eles desenvolvem a comunicação, a linguagem e a consciência de si e dos outros.

O desenvolvimento humano dessas necessidades ocorre em relação dialética com o desenvolvimento da produção dos meios requeridos ao seu atendimento, conferindo novos sentidos e significados humanos à sua satisfação.

Para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos criam e preservam relações sociais permanentes, condição indispensável tanto à produção dos meios requeridos ao desenvolvimento pessoal e coletivo com o seu atendimento, quanto aos diferentes tipos de intercâmbio que eles realizam entre si, dando origem às comunidades humanas. Pois, não há comunidade humana sem pessoa humana e não há pessoa humana sem comunidade humana.

É pela *ação transformadora da realidade*, que requer a *comunicação do pensamento no seio das comunidades humanas*, que os seres humanos criam cultura, criam seus mundos.

Co-operando, de maneira voluntária ou impositiva, os seres humanos criam:

- os *meios simbólicos* do intercâmbio de conhecimento, como os gestos, as palavras e as linguagens que os integram;
- os *meios materiais* do intercâmbio econômico, como bens e serviços, os meios de produção e os meios de consumo;
- os *meios organizativos do intercâmbio de poderes*, como os papéis sociais.

Assim, os seres humanos organizam diferentes *modos de comunicar* necessidades, emoções e conhecimentos, *modos de produzir, apropriar, intercambiar e consumir* os meios econômicos e *diferentes formações sociais* para a regulação do exercício do poder individual e coletivo.

Contudo, essas relações de comunicação, de produção, de intercâmbio econômico, de apropriação e de exercício de poder, tanto podem ser meios de opressão das pessoas e comunidades como de libertação de ambas.

Frente as contradições – existentes nas relações sociais de produção e de apropriação desses diferentes meios – a partir das quais são identificadas as classes sociais, temos de ter clareza sobre nossas ações, a favor de quem agimos e sobre como nossas ações contribuem para reproduzir relações econômicas, políticas e culturais de dominação – por meio da conquista, da opressão, da manipulação e da invasão cultural – ou para promover a libertação das pessoas e comunidades humanas.

Neste caso, trata-se de desenvolver uma *ação cultural para a libertação*, realizada mediante a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural que caracterizam a *ação dialógica*, como práxis de transformação da realidade, que amplia as liberdades de todos, exercidas de maneira ética, de modo que a liberdade pessoal amplie a liberdade pública e a liberdade pública amplie a liberdade pessoal, como é peculiar ao ético desenvolvimento da natureza comunal da espécie humana.

Porém, como a libertação exige pensamento e pensamento exige linguagem e o espaço da produção e interpretação da linguagem são as comunidades humanas, entramos na grande inovação que a Pedagogia do Oprimido introduz na reflexão sobre a libertação humana, com sua *teoria da ação dialógica*, afirmando a comunhão dos seres humanos, na produção do conhecimento e na ação transformadora, como condição da libertação individual e coletiva, que permeia a simultânea humanização das pessoas e das comunidades humanas, pois não há indivíduo sem comunidade nem comunidade sem indivíduos relacionados entre si.

2. O Aspecto Dialógico do Conhecimento e da Transformação do Mundo.

Se para pensar eu preciso de linguagem, mas não fui eu quem inventou as palavras e as línguas, então, eu as aprendi na minha relação com outros seres humanos e as recrio em meu próprio exercício de pensar e de me comunicar.

E se, de fato, eu as recrio no exercício de pensar e de expressar o conhecimento que produzo, o outro que me escuta terá de recriar a sua própria compreensão do significado e do sentido daquilo que ouve quando eu falo, para que estejamos em real comunicação. E o mesmo ocorre comigo em relação ao outro, pois devo recriar o significado e o sentido daquilo que escuto a partir da sua palavra, para que a comunicação realmente se estabeleça.

Se isso não ocorre, não há comunicação do conhecimento de um para outro ou vice-versa, não há diálogo. Pois o diálogo é a passagem do conhecimento de ambos para um novo conhecimento, produzido dialogicamente por ambos, como síntese cultural, necessária à transformação do mundo, síntese que preserva em si a riqueza das diversidades que a compõem para a humanização de cada qual e de todos.

O diálogo é o único modo de haver a comunhão do conhecimento no seio de uma comunidade, pois a cultura não é expressão de um espírito universal ou de uma razão universal que se desenvolva por si mesma, tendo nos seres humanos a sua mediação. Tampouco o conhecimento e a transformação da realidade resultam de algum determinismo material e mecanicista da história ou de qualquer outro tipo.

Pelo contrário, a linguagem, como meio da universalidade do conhecimento, é fruto da práxis histórica dos seres humanos, no exercício de sua liberdade pessoal e coletiva, no seio de relações sociais determinadas, geradas pela própria práxis humana – liberdade que pode ser exercida de maneira libertadora ou opressiva, como já vimos.

A relação entre linguagem e consciência e a emergência de ambas no seio das relações dos seres humanos entre si, mediados pelo mundo – tão bem desenvolvida em Freire –, foi anteriormente elaborada por Karl Marx.

E como Freire foi injustamente criticado nesse aspecto, vamos resgatar uma passagem de Marx, da Ideologia Alemã, para tratar da linguagem e da consciência como resultado da necessidade dos seres humanos estarem em relação entre si.

Conforme Marx (2001, p. 24-25),

Desde o começo, pesa uma maldição sobre o “espírito”, a de ser “maculado” pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas de ar agitadas, de sons, em resumo, em forma de linguagem.

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens.

Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal **“não está em relação”** com coisa alguma, não conhece [...] nenhuma relação. Para o animal, suas relações com os outros não existem enquanto relações.

A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. [...]

Por outro lado, a consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade.

Assim, como não há consciência humana sem linguagem e como a linguagem é um produto das comunidades humanas para atender a necessidade de comunicação dos seres humanos, a ação dialógica é elemento central na humanização da espécie humana, cuja natureza humana comunal evolui graças à práxis que, transformando a natureza e os próprios seres humanos, produz mundos humanos, repletos de sentidos e significados humanos, comunicados por meio das linguagens produzidas pelos seres humanos em suas comunidades.

Assim, porque eu preciso da linguagem para pensar e porque aprendo a usá-la e desenvolvê-la no seio de comunidades humanas e porque para confirmar a validação do conhecimento pela práxis necessito comunicá-lo a outros, não posso pensar sem os outros.

E como preciso pensar para me libertar, não posso me libertar sozinho, mas somente com outros seres humanos.

3. O Aspecto Dialógico da linguagem

Outro autor que influenciou a Freire é Eduardo Nicol, com sua obra *Los Principios de la Ciencia*. Alguns conceitos da síntese de Nicol são incorporados e transformados por Freire em sua *teoria da ação dialógica*.

Com base na tradição filosófica, Nicol destaca três aspectos da linguagem para os quais Freire deu muita importância.

O primeiro é a sua característica *apofântica*: isto é, a possibilidade de um enunciado ser considerado verdadeiro ou falso, permitindo aos seres humanos afirmarem a verdade do objeto do conhecimento representando-a com o emprego da linguagem.

O segundo é a sua característica *poiética*: o fato de que a linguagem é produzida pelos seres humanos.

O terceiro é a característica *dialógica* da linguagem: o fato de que a produção da linguagem e a expressão da verdade somente ocorrem na comunicação, no diálogo, entre as pessoas. Mas o diálogo é também passagem de uma razão a outra, de um logos a outro, no devir do conhecimento humano em constante aperfeiçoamento.

Em *Fundamentos de la Ciencia*, Nicol (1965, p. 77) afirma sobre isso o seguinte:

Toda forma de pensamento, inclusive o conceito, é uma *ἀπόφανσις*, e ao mesmo tempo é uma *ποίησις*; é uma representação do objeto e uma criação do sujeito. Dito de outra maneira: a representação – apesar de ser um ato subjetivo, com tudo o que isso implica – é uma criação na qual se faz patente uma realidade objetiva. Esta posse comum do ser na manifestação é possível porque o conceito é simbólico, isto é, comunicante. Enquanto a realidade estiver inteligivelmente representada, o símbolo que a representa contém uma verdade. Esta representação poderá ser mais ou menos correta ou adequada; mas será verdadeira, num modo primário, se cumpre a intenção comunicativa da *ἀπόφανσις*, ao lograr que torne compreensível seu conteúdo significativo. Por sua parte, por ter um caráter simbólico, esta representação objetiva é um produto da ação humana; por conseguinte, independentemente do grau maior ou menor de adequação que ela obtenha, será expressiva essencialmente, por ser dialógica (e o será, *também*, pelos traços particulares que revele, em cada caso, o sujeito que a formule num ato concreto de relação comunicativa).³

3 No original: “Toda forma de pensamiento, incluso el concepto, es una *ἀπόφανσις*, y a la vez es una *ποίησις*; es una representación del objeto y una creación del sujeto. Dicho de otra manera: la representación es una creación en la cual, a pesar de ser un acto subjetivo, con todo lo que esto implica, se hace patente una realidad objetiva. Esta posesión común del ser en la manifestación es posible porque el concepto es simbólico, o sea comunicante. En tanto que la realidad queda representada inteligiblemente, el símbolo que la representa contiene una verdad. Esta representación podrá ser más o menos correcta o adecuada; pero será verdadera, en un modo primario, si cumple la intención comunicativa de la *ἀπόφανσις*, al lograr que se haga comprensible su contenido significativo. Por su parte, en tanto que ella tiene un carácter simbólico, esta representación objetiva es un producto de la acción humana; por consiguiente, aparte del grado mayor o menor de adecuación que ella obtenga, será expresiva esencialmente, por ser dialógica (y lo será *además* por los rasgos particulares que revele en cada caso el sujeto que la formule en un acto concreto de relación comunicativa).”

Assim, temos as seguintes premissas:

- a linguagem é condição do pensamento e da expressão da verdade;
- a característica apofântica da linguagem (sua capacidade de expressar a verdade) associa-se à característica poiética da linguagem (o fato de que ela exista como um produto da comunidade humana);
- se a linguagem é produzida pela comunidade humana, o conhecimento possui necessariamente uma característica dialógica;
- frente à multiplicidade dos seres humanos como sujeitos dialógicos do conhecimento, perante o objeto conhecido pelo emprego da linguagem, o que dá unidade ao conhecimento é o fato de os seres humanos participarem de uma mesma comunidade de razão – que caracteriza a comunidade humana – e poderem corrigir o emprego apofântico da linguagem em suas observações sobre a realidade, chegando a um conhecimento verdadeiro no seio da comunidade comunicativa.

Assim, para Nicol (1965, p. 369), os quatro princípios da ciência são:

1º - princípio de unidade e comunidade do real; 2º - princípio de unidade e comunidade da razão; 3º- princípio de racionalidade do real; 4º- princípio de temporalidade do real.⁴

Com base nesses elementos, Nicol conclui que: “*o problema da comunicação não é o problema da transmissão e adoção das verdades, mas o problema de sua própria produção*”⁵. (NICOL, 1973, p. 463)

Embora a reflexão de Nicol seja metafísica, pela sua noção de unidade do real e de comunidade de razão, ela se funda na noção de *devoir* de Heráclito, razão pela qual afirma a necessidade de reelaboração constante do conhecimento, em função da mudança da realidade conhecida e do modo como a comunidade humana conhece a realidade.

Freire reelabora a posição de Nicol, com base na noção de que a comunidade humana deve ser compreendida a partir da práxis que transforma mundo, como *práxis de dominação* ou como *práxis de libertação*, retomando neste horizonte as relações gnosiológica, lógica, histórica e dialógica do conhecimento.

4 No original: “1º- principio de unidad y comunidad de lo real; 2º- principio de unidad y comunidad de la razón; 3º- principio de racionalidad de lo real; 4º- principio de temporalidad de lo real.” (Nicol, 369).

5 “El problema de la comunicación no es el problema de la transmisión y adopción de las verdades, sino el problema de su mismo producción”. (Nicol, 463)

Destaca Freire que

estudando as três relações constitutivas do conhecimento, a gnosiológica, a lógica e a histórica, Eduardo Nicol acrescenta uma quarta, fundamental, indispensável ao ato do conhecimento, que é a relação dialógica.

Não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado.

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos.

O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação.

Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam. (FREIRE, 1983, p.66).

Assim, a intersubjetividade das consciências está mediada pela realidade externa à consciência dos que dialogam, atuam e pensam.

Mas, diferentemente de Nicol que supõe, metafisicamente, que todos os seres humanos participam de uma mesma comunidade de razão que assegura a universalidade do conhecimento, Freire considera que as comunidades humanas são fruto das ações humanas, marcadas por relações sociais contraditórias, exigindo-se a práxis dialógica não apenas como elemento de *validação* do conhecimento universal, mas especialmente de confirmação do caráter *libertador* desse conhecimento, que somente pode ser *produzido* e *comunicado* dialogicamente.

Não se trata, portanto, apenas de produzir conhecimentos válidos. Mas de produzir conhecimentos válidos que contribuam para a libertação dos oprimidos e das comunidades humanas em seu conjunto e não para reproduzir ou aprofundar relações de opressão e de dominação.

Vale recordar, aqui, o livro de Brian Easlea, publicado em 1973, *Liberation and the Aims of the Science [Libertação e os Objetivos da Ciência]*, que resulta de sua investigação sobre

“por que os cientistas não foram capazes de contribuir para a construção de uma sociedade na qual pudessem estar seguros de que a ciência que eles produzem seria usada sempre e somente a serviço de toda a humanidade”⁶ (EASLEA, 1973, p. xi)

Em sua reflexão, Easlea (1973, p. xiv) se pergunta:

6 No original: “ why it is that scientists have not been able to help build that society in wich they can be sure that the science they produce will be used always and only in the service of all mankind”

“como é possível que depois de mais de 300 anos de progresso científico e enquanto metade da espécie humana não pode satisfazer as necessidades básicas de sua vida, as nações industrialmente avançadas continuam destruindo o meio ambiente e desperdiçando os recursos naturais finitos da Terra? [...] Por que aqueles que se supõem comprometidos com o pensamento e a ação *racional*, os cientistas, que se orgulham de serem membros de uma comunidade internacional de intelectuais, se mostrem impotentes, ou inclusive participem em atos que, no melhor dos casos, de nenhum modo conduzem à construção de um mundo no qual as pessoas cooperem juntas para assegurar que cada um leve uma vida humana criativa e plena?”⁷

Por ter a compreensão de que o conhecimento humano atende a propósitos humanos, que os seres humanos e seus conhecimentos se transformam historicamente, Freire salienta que todo o conhecimento, mesmo o anteriormente elaborado e validado cientificamente em sua universalidade, pode recair sob uma nova dialética de dominação e de libertação, devendo ser problematizado ao ser reapropriado socialmente no processo educativo, podendo ser dialogicamente superado por um novo conhecimento, também universalmente válido, produzido dialogicamente e validado pela práxis histórica, com vistas a promover a libertação das pessoas e comunidades humanas.

Assim, a dialeticidade peculiar à teoria da práxis – referente a compreender a realidade, projetar uma nova realidade e transformar a realidade existente no horizonte de um novo projeto – fica integrada à *teoria da ação dialógica*, uma vez que a práxis, que valida o conhecimento, se realiza com mediações do mundo, socialmente produzidas pelos seres humanos em condições historicamente determinadas.

Esta compreensão da teoria da práxis no horizonte de uma *teoria da ação dialógica*, leva Paulo Freire, em 1968, a formular uma crítica rigorosa tanto do idealismo, que supõe que um eu sozinho possa dizer a verdade do mundo, quanto do objetivismo mecanicista, que menosprezava o papel da liberdade dos seres humanos na transformação da realidade e de si mesmos.

Afirma Freire (1983, p.75), em *Extensão ou Comunicação*, que

se o solipsismo erra quando pretende que somente o Eu existe e que sua consciência alcança tudo, sendo um absurdo pensar uma realidade externa a ela, erra também o objetivismo acríptico e mecanicista, grosseiramente materialista, segundo o qual, em

7 No original: “ How can it be that after more than three hundred years of scientific progress, while over one half of the human race still lacks basic necessities of life, the advanced industrial nations continue to destroy the environment while consuming so wastefully the earth's finite natural resources? [...] Why is it that of all people, scientists, those people supposedly committed to *rational* thought and action, who pride themselves on being members of an international community of scholars, either stand by powerless or even participate in actions that are—to say the least, the very least—in no way conducive to the building of a world in which people can cooperate together to ensure that each individual is able to live a full and creative human life?”

última análise, a realidade se transformaria a si mesma, sem a atuação dos homens, meros objetos, então, da transformação.

Estas duas maneiras errôneas de considerar o homem e de explicar sua presença no mundo e seu papel na história, originam também concepções falsas da educação.

Uma que, partindo da negação de toda realidade concreta e objetiva, afirma a exclusividade da consciência como criadora da própria realidade concreta.

Outra que, negando praticamente a presença do homem como um ser da transformação do mundo, subordina-o à transformação da realidade, que se daria sem sua decisão.

Tanto erra o idealismo ao afirmar que as ideias separadas da realidade governam o processo histórico, quanto erra o objetivismo mecanicista que, transformando os homens em abstrações, nega-lhes a presença decisiva nas transformações históricas.

4. Elementos de um Paradigma da Libertação

Em síntese, Paulo Freire, em 1968, desenvolve uma abordagem peculiar sobre o *conhecimento* e a *verdade* em sua *teoria da ação dialógica*:

- há uma relação entre *o conhecimento*, a *produção de linguagens* e a *transformação do mundo pela práxis*, que possibilita aos seres humanos transformarem sua vida animal em existência humana, mediada pela comunicação e co-laboração;
- os seres humanos somente podem produzir uma linguagem e um mundo humano porque eles são originariamente livres;
- se a linguagem possui necessariamente uma dimensão *poiética*, ela não existia antes de ser produzida pelos seres humanos;
- todos os seres humanos são livres por *natureza*; mas é no exercício de sua liberdade, pela transformação da natureza e de si mesmos, que eles criam *cultura*;
- ao criar cultura eles ampliam as próprias condições de exercer a sua liberdade;
- assim, a linguagem, que possibilita dizer o mundo e afirmar a verdade que permite a sua transformação, é originalmente um elemento de libertação dos seres humanos;
- mas o exercício da liberdade de cada ser humano, que se realiza como *práxis* que transforma a natureza e os seres humanos, tanto pode contribuir para expandir as liberdades de si e dos demais quanto pode negá-las;

- desse modo, a linguagem e a ação cultural, bem como a elaboração do conhecimento e a afirmação da verdade, tanto podem ser exercidas no horizonte da libertação das pessoas e comunidades humanas quanto da sua dominação;
- por isso, não se trata apenas de validar dialogicamente o conhecimento no seio das comunidades humanas, mas de compreender a operatividade histórica do conhecimento elaborado, como elemento de libertação ou de dominação;
- se a libertação supõe o pensamento e este supõe a linguagem e se a linguagem é produzida dialogicamente na relação comunicativa entre os seres humanos no seio de comunidades humanas, não é possível aos indivíduos se libertarem sozinhos;
- para Freire a comunidade humana não é uma comunidade metafísica, caracterizada pela participação dos seres humanos na mesma propriedade de uma *razão* comum ou de uma comunidade da razão, que desconsidera a processo histórico de contradições que limitam o exercício da liberdade dos seres humanos na produção e apropriação dos meios materiais e simbólicos de sua humanização;
- tratam-se de comunidades humanas que se humanizam pela práxis mesma de libertação, pelo exercício da liberdade que fez emergir a linguagem e, com ela, a possibilidade dialógica de pensar, comunicar o pensamento e afirmar a verdade na práxis que transforma o mundo; verdade sempre condicionada pela temporalidade, que, por ser histórica, não pode ser captada fora do movimento contínuo da história;
- o exercício solidário da liberdade dos seres humanos nas relações que estabelecem entre si, particularmente com os indefesos e oprimidos, é o elemento originário da comunhão humana, que provoca à colaboração dos sujeitos na promoção das liberdades de cada qual e de todos – em recíproca relação dialógica na transformação do mundo pela práxis – e que está na base da humanização de nossa própria espécie;
- a vocação ontológica e histórica de *ser mais*, própria à natureza humana comunal, "*não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.*" (FREIRE, 1987, p.75);
- a luta de libertação dos oprimidos "*somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não [...] se tornam [...] opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos.*" (FREIRE, 1987, p.16)

- a relação solidária dos oprimidos entre si implica numa consciência de classe, na produção de conhecimento com o objetivo de expandir a sua liberdade e recuperar a sua humanidade roubada, superando, pela práxis de libertação, a contradição entre opressores e oprimidos;
- a comunhão humana, assim, retroalimenta a libertação pessoal e coletiva, no exercício dialógico da práxis, em que ocorre a transformação solidária das pessoas e do mundo, mediada pela produção do conhecimento requerido para tanto;
- a validação desse conhecimento, dialogicamente produzido, em seu caráter libertador, se realiza historicamente na práxis mesma de libertação;
- a práxis de libertação, por ser o solidário exercício histórico da liberdade humana na transformação das relações que os seres humanos mantêm entre si e para com a natureza, requer o inalienável exercício da *liberdade de cada qual* na libertação de si e das comunidades humanas e, igualmente, o inalienável exercício da *liberdade das comunidades humanas* na libertação de cada qual e delas mesmas, na comunhão da linguagem, pensamento e ação que retroalimenta as liberdades individuais e públicas;
- assim, as pessoas e comunidades não são objetos que possam ser libertados ou recipientes de conteúdo a serem preenchidos com conhecimentos, mas sujeitos de sua própria palavra, de seu pensamento, de sua práxis, de sua libertação, na transformação de si mesmos e do mundo, na comunhão em que as liberdades pessoais e coletivas, individuais e públicas, se encontram e se retroalimentam dialogicamente.
- tem-se, portanto, que: ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os seres humanos se libertam em comunhão; ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo sozinho, os seres humanos se educam entre si mediatizados pelo mundo; pois eu não posso pensar para o outro; não posso pensar pelo outro; não posso pensar sem o outro; eu somente posso pensar com os outros.

Referências Bibliográficas

EASLEA, Brian, *Liberation and the Aims of the Science*. London: Sussex University Press, 1973

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural Para a Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

NICOL, Eduardo. *Los Principios de la Ciencia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1965